



Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Análise da Evidenciação dos Estoques nas Notas Explicativas

Luan Furlan Vigolo, Maria Teresa Martiningui Pacheco, Oderson Panosso

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão do processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, a luz da NBC TG 16 que trata de estabelecer o tratamento contábil para os estoques. Com isso todas as empresas de capital aberto e de grande porte, ficaram obrigadas a seguir essa norma a partir de 2010. Mediante uma pesquisa descritiva analítica e pesquisa de campo, desenvolveu-se um estudo comparativo entre a obrigação e a adoção das empresas. Foram selecionadas 8 empresas de quatro ramos diferentes. Para coleta de dados utilizou-se as notas explicativas das demonstrações contábeis das empresas selecionadas no período de 2007 a 2014 e 8 itens que deveriam estar apresentados nas demonstrações. Dos resultados nota-se falta de clareza e transparência das informações, somente nos anos de 2009 e 2010 quando passou a ser obrigatório a adequação da norma, houve melhora nas informações. Foi possível verificar aspectos que não deixam claro ao leitor sobre os estoques, como no caso do “item 5, que trata da evidenciação de estoque dado em garantia, onde se identificou no período de 2007 a 2014, apenas 25% delas mencionaram em suas notas explicativas que haviam ônus sobre os estoques. As empresas não apresentam informações padronizadas, sendo diferente em cada ano, principalmente quando a necessidade de informar dados qualitativos, deixando, muitas vezes, com dúvida quanto a transparência das notas explicativas.

Palavras-chave: Normas Internacionais de Contabilidade. Estoques. Demonstrações Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade no Brasil está passando por várias modificações a partir da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 que alteraram a Lei nº 6.404/76. A internacionalização das normas contábeis introduzidas no Brasil trouxeram grandes benefícios. A padronização tornou-se necessária para que se obtivesse melhoria na qualidade das informações prestadas para os usuários dessas demonstrações.

Greco e Arend (2011, p. 1) afirmam que “a contabilidade registra, estuda e interpreta (por análise) os fatos financeiros e econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa física ou jurídica”. Sendo assim imprescindível que ocorra atualização.

A partir da *International Accounting Standards Board – IASB*, emitiu um conjunto de normas contábeis denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*. De acordo com a KPMG (2017), o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já haviam estabelecido o ano de 2010 como data limite para adoção das IFRS para instituições financeiras quanto para companhias de capital aberto no Brasil. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é um órgão criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) converteram nas normas do Conselho Federal de Contabilidade e passaram a ter validade em todo o território nacional.

Essas novas normas trouxeram mudanças em diversos aspectos de mensuração e apresentação dos dados contábeis. Uma das áreas que tem relevância nas demonstrações são os estoques. No CPC 16 estava relacionado os procedimentos quanto aos estoques, que após foi convertido na NBC TG 16 e atualmente NBC TG 16.



Assim surge como problema de pesquisa para o estudo: a partir da adoção às normas internacionais de contabilidade no Brasil, quais as modificações foram cumpridas, no que se refere aos estoques das sociedades anônimas?

Com isto o objetivo de estudo foi de verificar as modificações exigidas, no que se refere ao estoque nas demonstrações contábeis, analisando empresas que estão obrigadas a adotar as normas, bem como os aspectos a adoção das normas internacionais de contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Para Coelho e Lins (2010), a contabilidade sempre esteve presente na vida do homem. Eles afirmam também que, ela pode ser encontrada na sociedade por uma de suas vertentes mais conhecidas que é o controle. Segundo Ribeiro (2013, p. 2), a “contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas a administração econômica”.

A partir de 2005, houve grande esforço do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conjunto com a Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto - Abrasca, a Associação dos Investidores em Mercado de Capitais – Apimec Nacional, BMF & Bovespa, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi e o Instituto Brasileiro de Contabilidade – Ibracon, para qualificar as regras contábeis com os novos princípios da IFRS, começando com a criação do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, decorrente da Resolução CFC nº 1.055/2005. Em seguida, com a Lei N.º 11.638 de 28.12.2007, que discorre sobre a natureza da Lei Sociedades das Ações (Lei N.º 6.404/76), houve a determinação para a adoção inicial das Normas Internacionais nas companhias nacionais, impulsionando para uma mudança mais societária do que tributária.

As Normas internacionais de contabilidade conhecidas também como *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que tem como objetivo unificar as demonstrações financeiras, ou seja, harmonizar as informações dos relatórios contábeis.

Com o intuito de melhorar a qualidade da informação contábil para os usuários dela, sendo que o Brasil passou a adotar essas normas internacionais através da promulgação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Pode-se afirmar que tem como benefícios inserir nosso país no contexto internacional e a padronização das demonstrações financeiras.

Assim a Lei nº 11.638/2007 passou a ser exigido a adoção das *IFRS*, a partir de 2010, para instituições financeiras e empresas de capital aberto e a partir de 2011 o CPC, via CFC, passou a exigir a adoção das *IFRS* para todas as empresas, inclusive Micro e Pequenas Empresas (MPEs), NBC TG 1000, mesmo aquelas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional. Logo entre todas as modificações verifica-se em específico a relacionada aos estoques.

2.2 ESTOQUES

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 16, aprovada pela Resolução CFC nº 1.170/09, é a norma que disciplina o grupo dos estoques. Conforme Iudícibus et al. (2010, p. 72), “os estoques são bens tangíveis ou intangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades.” Greco e Arend (2011, p. 241), classificam como “Estoques são os bens armazenados e destinados à



venda, sejam de produção própria (normalmente identificados como produtos) ou simplesmente adquiridos para revenda, sem sofrer processo de transformação (mercadorias)”.

De acordo com o item 6 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 16 – Estoques, fica designado que *Estoques* são ativos: a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; b) em processo de produção para venda; ou c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. Já Iudícibus et al. (2010, p. 72) mencionam que os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação das companhias.

A lei das S/A, em seu art. 183 inciso II, ao referir-se aos estoques, menciona que são os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado. No item 8, os estoques compreendem bens adquiridos que sejam destinados à venda.

De acordo com o item 19 da NBC TG 16, para os prestadores de serviços, na medida que tenham estoques de serviços em andamento, devem mensurá-los pelos custos da sua produção. Esse custo consiste principalmente em mão de obra e outros custos com o pessoal que está diretamente envolvido na prestação dos serviços, incluindo o pessoal de supervisão, o material utilizado e os custos indiretos atribuíveis.

De acordo com a mesma, os estoques podem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Com isso os estoques deverão ser apresentados no Balanço Patrimonial de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 183 da Lei nº 6.404/76, que define que seja mensurado pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, quando este for inferior.

O valor a ser comparado com o custo dos estoques é denominado pela Lei nº 6.404/76 de “valor de mercado” ou “valor justo” e pela NBC TG 16, é denominado de “valor realizável líquido”. Outra importante observação a ser feita é destacar que as empresas de pequeno e de médio porte, ao adotarem o sistema de inventário periódico para o controle de seus estoques, devem assumir também o critério PEPS, utilizando-se das últimas notas fiscais de entradas para atribuir custo às mercadorias que ficarão estocadas.

Destaca-se que a NBC TG 16 tem como alcance todos os estoques, com exceção de alguns citados no item 2 da mesma que ela não regulamenta, como: produção em andamento proveniente de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados; instrumentos financeiros; e ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto da colheita.

2.3 REFLEXO NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Pode-se afirmar que as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para os usuários em geral. Toda movimentação que ocorre dentro de uma empresa reflete nos relatórios contábeis. Passando a falar especificamente nos estoques a NBC TG 16 no seus itens 34 ao 39 detalham mais sobre essa movimentação entre as contas contábeis.

Toda venda, é óbvio que tem um custo. No item 34 da norma menciona que quando os estoques são vendidos o custo deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida. Redução de estoques para valor realizável líquido e todas as perdas devem ser reconhecidas como despesa do período em que as mesmas ocorreram.

O item 35 especifica que alguns itens de estoque podem ser transferidos para outras contas do ativo, por exemplo, estoques usados como componentes de ativos imobilizados de construção própria. Esses estoques alocados como custo de outro ativo deve ser reconhecido como despesa durante a vida útil e na proporção da baixa desse ativo. Toda informação relativa a valores contábeis registrados em diferentes classificações de estoques e a proporção dessas



alterações são informações relevantes para os usuários das demonstrações contábeis segundo o item 37 da NBC TG 16. As classificações mais comuns de estoques são: mercadorias, bens de consumo de produção, materiais, produto em elaboração e produtos acabados. O item ainda menciona que os prestadores de serviços também podem ter trabalhos em andamento classificáveis como estoques em elaboração.

O item 38 da norma chama a atenção nos custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, também devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrem sem transitar pelos estoques. O item 39 é muito importante pois ressalta que existe entidades que adotam um formato para a demonstração do resultado que resulta em valores que não são os custos dos estoques reconhecidos como despesa durante aquele período. Com isso, a entidade deve apresentar a demonstração do custo das vendas usando uma classificação baseada na natureza desses custos, elemento a elemento. Neste caso a empresa tem a divulgar os custos reconhecidos como despesa item por item provando o valor das compras e da alteração líquida nos estoques iniciais e finais do período.

Através disso é possível afirmar o que foi dito anteriormente que, cada movimentação dentro de uma empresa reflete nos relatórios contábeis da mesma, fazendo com que esses relatórios se tornem úteis para os usuários dela.

2.4 NOTAS EXPLICATIVAS

Greco e Arend (2011) afirmam que, de modo geral o objetivo das notas explicativas é o de prestar esclarecimentos sobre a situação patrimonial e os resultados do exercício social conforme art. 176, § 4º da lei das S.A.: “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Segundo Iudícibus et al. (2010) explicam que, apesar de se ter a possibilidade de detalhar a conta Estoques no Balanço Patrimonial, para que a Demonstração Contábil esteja bem completa, melhorando para o usuário que usufruir da mesma, tem-se a possibilidade de apresentar o total da conta no balanço e detalhá-la através de categorias da conta sempre disposta em ordem de realização em Nota Explicativa.

Iudícibus et al. (2010) afirmam que, de acordo com o que foi aprovado pela Deliberação CVM nº 575/09 e pela Resolução CFC nº 1.170/09, resultando no Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, as empresas devem evidenciar em notas explicativas, referente aos seu estoques as seguintes informações mencionadas no item 36 da Norma:

- a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda; d) o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- d) o valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período;
- e) o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período;
- f) as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques; e
- g) o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

O critério para recuperação dos tributos recuperáveis também deve ser informado.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia selecionada foi classificada como qualitativa e quantitativa. A metodologia qualitativa, de acordo com Marconi e Lakatos (2009), preocupa-se em analisar e interpretar com maior detalhes os fatos, possibilitando a compreensão de detalhes dos resultados observados. (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para Mezzaroba e Monteiro (2014, p. 135) “o perfil desse tipo de pesquisa é altamente descritivo, o investigador pretenderá sempre obter o maior grau de correção possível em seus dados, assegurando assim a confiabilidade de seu trabalho”.

Em concordância aos procedimentos técnicos, o estudo abrange uma pesquisa bibliográfica, constituída do levantamento dos assuntos abordados, visto que, a fundamentação teórica é o ponto de partida para qualquer tipo de estudo, a fim de constituir maior entendimento sobre o tema. Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa bibliográfica deve ser feita a partir de materiais já publicados, como livros, revistas, publicações da internet, periódicos, artigos, entre outros, “[...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Assim o estudo consiste analisar as demonstrações contábeis, no que se refere as obrigações e adaptações as novas normas contábeis. De acordo NBC TG 16 e suas alterações, as empresas são obrigadas a divulgarem em nota explicativa diferentes situações sobre seus estoques elencadas no item 36 da referida norma. Desse o critério de análise consistira em verificar as exigências da norma e os critérios utilizados para avaliação estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de avaliação dos estoques das empresas selecionadas

Nº Item	Exigência do item 36 da NBC TG 16 (R1)	Critérios de avaliação	% Máximo	% Mínimo	Observação
1	Método de Custo Utilizado (custo médio)	Divulgaram	100%	12,50%	As oito (8) empresas selecionadas (Quadro 2), em cada item da norma receberá um % de acerto de 12,5% no mínimo.
		Não encontrado nas NEs			
		Não tem clareza			
2	Valor Total do Estoque Registrado	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
3	Valor da Provisão para Perda	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
4	Valor da Reversão da Provisão para Perda	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
5	Valor do Estoque dado em Garantia	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
6	Motivo da Redução dos Estoques	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
7	Reconhecimento na Despesa por Natureza	Divulgaram	100%	12,50%	
		Não encontrado nas NEs			
		Não demonstrado			
8	Politica Contábil Adotada	Valor Realizável Líquido (VRL)	100%	12,50%	
		Valor de Mercado			
		Não encontrado nas NEs			

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Para esta análise foi selecionada 8 (oito) empresas de 4 (quatro) segmentos diferentes, com demonstrações contábeis publicadas no período de 2007 a 2014.



Quadro 2 - mostra as empresas selecionadas

Nº	Empresa	Setor
1	Alpargatas S.A.	Calçadista
2	Vulcabras S.A.	
3	Magazine Luiza S.A.	Eletrodomésticos
4	Lojas Colombo S.A.	
5	Gerdau S.A.	Siderúrgico
6	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	
7	Marcopolo S.A.	Implementos Rodoviários
8	Randon S.A. Implementos e Participações	

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Justifica-se esta seleção pois a empresa Alpargatas é líder no mercado brasileiro de sandálias batendo recorde de produção. A Vulcabras é uma das 10 maiores indústrias de calçados e artigos do planeta. No setor de eletrodomésticos a empresa Magazine Luiza S.A., tornou-se uma das oito empresas mais populares na Bolsa de Valores do Brasil. Lojas Colombo S.A. que atualmente, a Colombo tem 264 lojas, dois centros de distribuição e mais de 5.000 colaboradores nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No ramo siderúrgico, a Gerdau S.A. que em 2011 completou 110 anos de atividades com capacidade produtiva de 25 milhões de toneladas de aço por ano. A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., que em setembro de 2010 foi inaugurada uma nova coqueira na usina de Ipatinga-MG. No setor de implementos rodoviários, a Marcopolo S.A., que em 2009 lança a geração 7 criando um novo padrão de qualidade, conforto e segurança. A Randon S.A. Implementos e Participações é um conglomerado de Empresas Randon composto por empresas líderes na América Latina.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Verifica se agora os resultados da pesquisa. Os dados foram estruturados conforme quadro 3 para melhor visualização.

Quadro 3 - Evolução da divulgação de informações das Empresas de 2007 a 2010

		2007	%	EMPRESAS	2008	%	EMPRESAS	2009	%	EMPRESAS	2010	%	EMPRESAS
Método de Custo Utilizado/Custo Médio	Divulgaram	7	87,5	1,2,4,5,6,7 e 8	5	62,5	1,5,6,7 e 8	6	75	1,4,5,6,7 e 8	6	75	1,2,3,4,6 e 8
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não tem clareza	-	-	-	1	12,5	2	1	12,5	2	2	25	5 e 7
Valor Total do Estoque Registrado	Divulgaram	6	75	1,2,5,6,7 e 8	6	75	1,2,5,6,7 e 8	7	87,5	1,2,4,5,6,7 e 8	8	100	TODAS
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	1	12,5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Provisão para Perda	Divulgaram	5	62,5	1,2,5,7 e 8	5	62,5	1,2,5,7 e 8	7	87,5	1,2,4,5,6,7 e 8	8	100	TODAS
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	2	25	4 e 6	1	12,5	6	-	-	-	-	-	-
Valor da Reversão da Provisão para Perda	Divulgaram	-	-	-	-	-	-	1	12,5	5	6	75	1,2,3,5,7 e 8
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	7	87,5	1,2,4,5,6,7 e 8	6	75	1,2,5,6,7 e 8	6	75	1,2,4,6,7 e 8	2	25	4 e 6
Valor do Estoque dado em Garantia	Divulgaram	2	25	5 e 6	2	25	5 e 6	2	25	5 e 6	2	25	5 e 6
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	5	62,5	1,2,4,7 e 8	4	50	1,2,7 e 8	5	62,5	1,2,4,7 e 8	6	75	1,2,3,4,7 e 8
Motivo da Redução dos Estoques	Divulgaram	4	50	1,2,5 e 8	4	50	1,2,5 e 8	6	75	1,2,4,5,6 e 8	8	100	TODAS
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	3	37,5	4,6 e 7	2	25	6 e 7	1	12,5	7	-	-	-
Reconhecimento na Despesa por Natureza	Divulgaram	1	12,5	5	1	12,5	5	2	25	5 e 6	8	100	TODAS
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-
	Não demonstrado	6	75	1,2,4,6,7 e 8	5	62,5	1,2,6,7 e 8	5	62,5	1,2,4,7 e 8	-	-	-
Política Contábil Adotada	VRL	2	25	5 e 6	3	37,5	5,6 e 7	4	50	4,5,6 e 7	7	87,5	2,3,4,5,6,7 e 8
	Valor de Mercado	5	62,5	1,2,4,7 e 8	3	37,5	1,2 e 8	3	37,5	1,2 e 8	1	12,5	1
	Não enc NEs	1	12,5	3	2	25	3 e 4	1	12,5	3	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)



Segue no quadro 4 a continuação dos dados coletados.

Quadro 4 - Evolução da divulgação de informações das Empresas de 2011 a 2014

		2011	%	EMPRESAS	2012	%	EMPRESAS	2013	%	EMPRESAS	2014	%	EMPRESAS
Método de Custo Utilizado/Custo Médio	Divulgaram	7	87,5	1,2,3,4,6,7 e 8									
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não tem clareza	1	12,5	5	1	12,5	5	1	12,5	5	1	12,5	5
Valor Total do Estoque Registrado	Divulgaram	8	100	TODAS									
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Provisão para Perda	Divulgaram	8	100	TODAS									
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não demonstrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Reversão da Provisão para Perda	Divulgaram	7	87,5	1,2,3,5,6,7 e 8	7	87,5	1,2,3,5,6,7 e 8	7	87,5	1,2,3,5,6,7 e 8	6	75	1,2,3,5,7 e 8
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não demonstrado	1	12,5	4	1	12,5	4	1	12,5	4	2	25	4 e 6
Valor do Estoque dado em Garantia	Divulgaram	2	25	3 e 6									
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não demonstrado	6	75	1,2,4,5,7 e 8									
Motivo da Redução dos Estoques	Divulgaram	8	100	TODAS	7	87,5	1,2,3,4,5,6 e 8	7	87,5	1,2,3,4,5,6 e 8	6	75	1,2,3,4,5 e 6
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não demonstrado	-	-	-	1	12,5	7	1	12,5	7	2	25	7 e 8
Reconhecimento na Despesa por Natureza	Divulgaram	7	87,5	1,2,3,5,6,7 e 8									
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não demonstrado	1	12,5	4	1	12,5	4	1	12,5	4	1	12,5	4
Política Contábil Adotada	VRL	7	87,5	2,3,4,5,6,7 e 8									
	Valor de Mercado	1	12,5	1	1	12,5	1	1	12,5	1	1	12,5	1
	Não enc NEs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

No item 1 foi avaliado o método de custo utilizado pelas empresas. Neste caso pode se observar que no ano de 2011 a 2014, 87,5% das empresas divulgaram claramente o método de custo utilizado, sendo que em 2009, 75% divulgaram. Com isso, já houve um pequeno crescimento com relação a esse ponto. Apenas a empresa 5 que não deixa claro em sua nota explicativa qual o método de custo utilizado.

No item 2, que tratava da divulgação do valor total do estoque, os resultados apresentaram de maneira geral que todas as empresas divulgaram. Obedecendo o item 36 letra (b) da norma, no ano de 2010, foi o primeiro ano em que 100% das empresas divulgaram o valor total do estoque registrado detalhadamente.

No item 3 que tratava da divulgação de provisão de perdas. Dos resultados se destaca que em 2010 todas as empresas analisadas fizeram e divulgaram as provisões de perdas.

Em relação ao item 4, que se buscou informações sobre reversão de provisão de perdas. Pode se destacar que mesmo com a obrigação até 2014, algumas empresas não divulgaram ou não deixam evidentes sobre este processo empresarial.

Já no item 5 que tinha como objetivo verificar a informação do valor do estoque dado como garantia conforme consta no item 36 letra (h). Verificou se que a partir de 2010 apenas 25% das empresas possuíam estoques em garantia de passivos. Isso não quer dizer que não estão de acordo com a norma, mas pode significar que as empresas não possuem valor de estoques dados em garantia. O fato é que a falta dessa informação deixa menos transparente, dificultando a interpretação.

No item 6, o qual se tentou identificar o motivo da redução dos estoques conforme item 36 letra (f), foi possível verificar que no período de 2011 a 2013, 87,5% das empresas divulgaram o valor da reversão, chegando em 2014 com um percentual de 75%. As empresas 4 e 6 não divulgaram, mesmo com a obrigação a partir de 2010.

Para o item 7 tentou se identificar a informação sobre o reconhecimento da despesa por natureza conforme item 36 letra (d). Este foi um dos pontos que mais se distanciou no decorrer dos anos. No ano de 2007 apenas a empresa 5 divulgava esse valor. Já no ano de 2010, todas as



empresas, ou seja, 100% divulgava o valor. No período de 2011 a 2014, apenas a empresa 4 deixou de divulgar esse valor.

Por fim, no item 8, buscou se informações sobre política contábil adotada pelas empresas. Neste objetivo verificou se que a empresa 1 utilizou o Valor de Mercado em todo o período analisado, ou seja, de 2007 a 2014, enquanto que o restante dos 87,5% das empresas somente a partir de 2010 passaram a utilizar o Valor Realizável Líquido como política contábil da empresa.

Pode se afirmar que ao analisar as adoções das normas internacionais nos estoques entre os anos de 2009 para 2010, que passou a ser obrigatório, parte das empresas adotaram a partir desse período as normas regidas pela NBC TG 16. No quadro 5, é possível verificar com mais clareza quanto à evolução das informações contábeis evidenciadas em notas explicativas pelas empresas estudadas no período de 2007 a 2014 quanto aos estoques.

Verifica-se agora a evolução das empresas em relação ao cumprimento das normas internacionais de contabilidade, no que se refere aos estoques.

Quadro 5 – Evolução da adaptação as IFRS nos estoques

Nº Item	Exigência do item 36 da NBC TG 16 (R1)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	Método de Custo Utilizado (custo médio)	87,50%	62,50%	75,00%	75,00%	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%
2	Valor Total do Estoque Registrado	75,00%	75,00%	87,50%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3	Valor da Provisão para Perda	62,50%	62,50%	87,50%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4	Valor da Reversão da Provisão para Perda	0,00%	0,00%	12,50%	75,00%	87,50%	87,50%	87,50%	75,00%
5	Valor do Estoque dado em Garantia	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
6	Motivo da Redução dos Estoques	50,00%	50,00%	75,00%	100,00%	100,00%	87,50%	87,50%	75,00%
7	Reconhecimento na Despesa por Natureza	12,50%	12,50%	25,00%	100,00%	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%
8	Política Contábil Adotada	25,00%	37,50%	50,00%	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A partir do quadro 5, é possível analisar que houve uma evolução significativa quanto a evidência dos estoques em notas explicativas das empresas estudadas. Comparando-se o ano de 2014 com o ano de 2007 pode-se afirmar que apenas duas exigências do item 36 da norma se mantiveram no mesmo percentual que é quanto ao “Método de Custo Utilizado” e quanto ao “Valor do Estoque dado em Garantia”, no ano de 2007 e 2014 se igualaram. Quanto as outras exigências do item 36 da NBC TG 16, é possível afirmar que as empresas estão se adequando as mesmas, pois houve um crescimento significativo quanto as evidências em notas explicativas do ano de 2014 em relação ao ano de 2007. No entanto, ainda carecem de maior clareza e padronização, pois os usuários das informações nem sempre possuem conhecimento suficiente para entender o dado expresso na nota explicativa.

Verifica se agora os resultados por segmento selecionado para análise. Separadamente estão destacados os principais fatores sobre as empresas.

4.1 SETOR CALÇADISTA

Neste setor, foi analisado a divulgação em nota explicativa relativo aos estoques das demonstrações financeiras de 2007 a 2014 das empresas Alpargatas S.A. e a Vulcabras S.A..

Analisado as demonstrações financeiras de ambas as empresas, pode-se afirmar que as mesmas utilizam o custo médio como método de custo utilizado para avaliação dos estoques,



exceto a Vulcabras nos anos de 2008 e 2009 que não esclarece corretamente o método de mensuração.

No item 36, letra (b) e letra (e) da norma, ambas as empresas mencionaram em suas notas explicativas o valor dos estoques detalhados, como por exemplo, produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, entre outros, com também explanaram o valor da provisão para perdas nos estoques.

A norma exige que divulguem as perdas, conforme seu item 36 letra (f). Neste caso ambas as empresas implantaram no ano de 2010 o valor das reversões das reduções de estoque em suas notas explicativas.

Na letra (h) do mesmo item da norma ambas as empresas não demonstraram em suas notas explicativas que possuíam estoques dados como penhor neste período. Por sua vez, isso não quer dizer que as empresas não possuíam penhores, mas é possível que as mesmas não possuíam estoques dados como garantias a terceiros.

A letra (d) do item 36 da norma notou-se que as duas empresas se adequaram a norma no ano de 2010 passando a mencionar o valor dos estoques que é reconhecido como despesa do período.

A norma em seu item 36 letra (a), exige que seja divulgada as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, além de incluir as formas e critérios de valoração utilizados. Com isso e de acordo com as demonstrações financeiras analisadas, a empresa Alparagatas teve como política contábil adotada o valor de mercado de todo o período analisado. Já a Vulcabras ficou só até 2009 com a política do valor de mercado, começando em 2010 a implantar o Valor Realizável Líquido como política contábil.

Por fim, é possível verificar que ambas as empresas se adaptaram a NBC TG 16 – Estoques, para melhor entendimento das demonstrações como também para melhor controle de seus estoques que é um fator que necessita de muita atenção por ser uma conta que pode refletir no resultado da empresa.

4.2 SETOR ELETRODOMÉSTICOS

Neste setor, foi analisado as demonstrações financeiras das empresas Magazine Luiza S.A. e as Lojas Colombo S.A..

Importante destacar que a empresa Magazine Luiza abriu seu capital em 2011, com isso as demonstrações financeiras disponíveis são de 2010 a 2014. Já as Lojas Colombo, mesmo sendo de capital fechado, divulgou suas demonstrações financeiras do período a ser analisado com exceção apenas das notas explicativas de 2008.

Analisado as demonstrações financeiras de ambas as empresas, é possível afirmar que, as mesmas utilizam na mensuração de seus estoques o custo médio, obedecendo assim a NBC TG 16 no seu item 36, letra (a).

Quanto ao valor total do estoque registrado, conforme menciona a letra (b) do item 36 da norma, as duas empresas estão demonstrando o valor total do estoque, com exceção apenas da Colombo no ano de 2007.

A norma em seu item 36, letra (d), deixa claro que deverá ser divulgado o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período, assim, apenas a Magazine Luiza demonstra em suas Notas Explicativas o valor do custo das mercadorias vendidas. Já a Colombo, divulgou isso somente em 2010. Nos anos de 2011 a 2014, a empresa demonstrou o custo da mercadoria vendida na DRE e no item “Despesas por Natureza” divulgou os elementos de cada conta que compõe o CMV, mas deixando de divulgar o total dos custos das mercadorias vendidas, conforme determina o item 38 e 39 da norma.



Quanto a redução de estoques descrito no item 36, letra (e), ambas as empresas demonstraram em suas notas explicativas o valor de qualquer redução que ocorreram nos estoques, com exceção da Colombo em 2007.

As bases para redução do valor de estoques na Magazine Luiza no ano de 2010 foi por histórico de perdas, produtos com giro lento, venda de produtos abaixo do preço de aquisição, ajuste ao valor realizável líquido e ajuste ao valor presente conforme descrito na Nota Explicativa 2.7 (Apuração do Resultado) que é relativo às operações de compras de mercadorias sendo registrado na conta Fornecedores, tendo como contra partida os Estoques. Com isso sua reversão é lançada como resultado financeiro na conta de resultado. No ano de 2011 a 2014 a empresa adotou um padrão para redução dos estoques identificando por histórico de perdas, ajuste ao Valor Realizável Líquido, produtos obsoletos e que se destinavam para assistência técnica.

Já a Colombo reduziu seus estoques apenas pelo ajuste a valor presente. Conforme o que está descrito na Nota Explicativa, o ajuste a valor presente deduzido da conta de estoques, refere-se ao valor presente sobre as compras que integraram a conta de fornecedores e sua reversão, tem como contrapartida a rubrica de custo das mercadorias vendidas, em decorrência da fruição do prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques, em relação aos valores neles registrados. Fato esse que ocorreu com a Magazine Luiza no ano de 2010.

Quanto ao montante de estoques dados como penhor de garantia a passivos, mencionado na letra (h) do item 36 da norma, a Colombo não divulgou em momento algum nas suas notas explicativas qualquer valor de estoques dados como garantia. Já a Magazine Luiza divulgou nos anos de 2011 a 2014 que havia valores de estoques dados como garantia. Um fato relevante, que não deixou claro, foi quanto a demonstração financeira de 2010 que não informou que existia estoques dados como penhor, fato esse encontrado na Nota Explicativa de 2011.

Quanto a política adotada, mencionada na letra (a) do item 36 da norma, as empresas utilizaram o Valor Realizável Líquido com exceção da Colombo no ano de 2007 que utilizava o Valor de Mercado como política contábil adotada.

Por fim, a Magazine Luiza foi a empresa deste segmento que mais se adaptou as regras da nova norma, pois a Colombo teve alguns aspectos que deveria ter mudado, como por exemplo, o valor do custo das mercadorias vendidas que é um dos principais objetivos da norma que deveria ser reconhecido como despesa durante o período, a empresa deixou de divulgar nas notas explicativas o valor relativo do CMV, apenas demonstrando os valores por natureza conforme determina o item 39 da norma.

4.3 SETOR SIDERÚRGICO

Neste setor, foi analisado as demonstrações financeiras das empresas Gerdau S.A. e a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. no período de 2007 a 2014.

Analisado, nas respectivas empresas, o item 36 letra (a) da NBC TG 16, notou se que ambas as empresas cumprem com a obrigação, foi possível concluir que, ambas utilizaram no período de 2007 a 2014 a política do Valor Realizável Líquido. Fato esse aceito pela nova norma.

Quanto a mensuração dos estoques, a Usiminas deixa claro nas notas explicativas que o método de custo utilizado é o custo médio no período analisado. Já a Gerdau no período de 2007 a 2009, menciona claramente também que utiliza o custo médio. No período de 2010 a 2014, obrigatoriedade da nova norma, a empresa não deixa claro no seu item 2.4 da nota explicativa qual o método de custo utilizado para mensuração dos estoques.

Na letra (b) do item 36 da norma, as demonstrações de ambas as empresas, demonstram as contas de seus estoques claramente no período analisado.



Quanto ao valor de provisão de redução dos estoques, conforme letra (e) do item 36, as empresas divulgam em suas notas explicativas o valor de suas provisões no período analisado, com exceção da Usiminas nos anos de 2007 e 2008.

Já a reversão dessa provisão, a Gerdau a partir de 2009 passa a demonstrar nas suas notas explicativas a reversão, diferente da Usiminas que menciona apenas no período de 2011 a 2013, deixando o ano de 2010 e 2014 sem divulgar, fato esse que deixa de obedecer o item 36, letra (f) da NBC TG 16.

Passando a falar do valor do estoque dado como penhor em garantia ao passivos, mencionado na letra (h) do item 36, notou-se que ambas as empresas demonstraram em suas notas explicativas esse montante de estoques dados como garantia. A Controlada da América do Norte da controladora Gerdau possuíam em 2010 uma linha de crédito, com vencimento em dezembro de 2012, cuja garantia era estoques e contas a receber das controladas, sendo que, as empresas em 2010, não tinham tomado o recurso. Nas notas explicativas de 2011 e 2012, não foi demonstrado a utilização da linha de crédito e por sua vez não foi informado se havia penhor sobre os estoques, não ficando claro, a situação final do penhor de 2010.

Quanto ao valor de custo dos estoques reconhecido como despesa no período, um dos principais objetivos da norma, pode-se afirmar que as mesmas divulgaram com clareza o valor do custo dos produtos vendidos, com exceção da Usiminas nos anos de 2007 e 2008, período em que não havia ainda a obrigatoriedade de divulgação.

Uma das deficiências maiores encontradas nas demonstrações contábeis deste segmento, foi quanto ao motivo de redução dos estoques. A Gerdau por exemplo, nos anos de 2007, 2009 e 2010, não menciona com clareza as informações prestadas. Em sua nota explicativa nº 7 do ano de 2007, apresenta o método como valor de mercado. No momento da abertura da provisão e da reversão utiliza a descrição Valor Justo. No ano de 2009 e 2010, o mesmo fato ocorre, só que apresenta o método do Valor Realizável Líquido e no momento da abertura apresenta o Valor de Mercado.

A partir de 2011, a Gerdau passa a ajustar seus estoques pelo Valor Realizável Líquido conforme a NBC TG 16. Já a Usiminas, nos anos de 2007 e 2008, não demonstra motivos para redução de estoques, devido não ter provisão nem reversão dos mesmos. Já no período de 2010 a 2014, ela ajusta seus estoques pelo Valor de Mercado, fato esse que deixa de obedecer a NBC TG 16, pois a norma em seu item 29, deixa claro que os estoques devem ser geralmente reduzidos para o seu Valor Realizável Líquido.

Finalizando, alguns pontos identificados deveriam ser ajustados após a adoção da NBC TG 16 nas duas empresas. A Gerdau deveria deixar claro o método de custo utilizado e qual seria o ajuste realizado para efeito da redução dos estoques. Já a Usiminas, deveria divulgar suas reversões nos estoques, ou divulgar os motivos para não existir a reversão, e também rever o ajuste realizado a valor de mercado, deixando de seguir a NBC TG 16 que recomenda ajustar ao Valor Realizável Líquido.

4.4 SETOR IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

Neste setor, foi analisado as demonstrações financeiras no período de 2007 a 2014 das empresas Marcopolo S.A. e a Randon S.A. Implementos e Participações.

Iniciando-se pela política adotada, conforme mencionado no item 36 letra (a) da norma, a Marcopolo passou a partir de 2008 a adotar o Valor Realizável Líquido, anteriormente o Valor de Mercado. Já a Randon passou a adotar em 2010 o Valor Realizável Líquido, anteriormente também utilizava o Valor de Mercado.

Quanto ao método de mensuração, ambas utilizaram o custo médio, exceto a Marcopolo em 2010, em seu item 2.9 da nota explicativa, não deixa claro qual o método de mensuração adotado.



A norma em seu item 36 letra (b), menciona que o valor total escriturado nos estoques deve ser divulgado nas demonstrações financeiras, caso esse que ambas as empresas estão demonstrando detalhadamente a composição de seus estoques em todos os períodos analisados.

No mesmo item da norma na letra (e) menciona que as demonstrações deverão divulgar o valor de qualquer redução nos estoques, fato esse que ambas as empresas mencionam claramente em todo o período analisado.

Quanto a reversão dessa redução descrito na letra (f), as empresas passaram a divulgar no ano de 2010 em diante com a obrigatoriedade da NBC TG 16. Nos anos anteriores ambas as empresas não divulgavam o valor da reversão.

Conforme mencionado na letra (h) do item 36 da norma, onde menciona que a entidade deve divulgar o valor do montante escriturado de estoques dados como garantia a passivos, as duas empresas em momento algum mencionaram em suas notas explicativas o valor de estoques dado em garantia a passivos. Isso não quer dizer que esteja incorreto mas pode significar que ambas as empresas não possuem valor de estoques dados como garantia, no entanto, poderia ser divulgado que as mesmas não possuem ônus sobre os estoques, com isso o usuário da informação saberá que o montante registrado no ativo, está livre.

Quanto ao reconhecimento do valor do estoque como despesa no período descrito na letra (d) do item 36 da norma, pode-se afirmar que as empresas passaram a adotar esse ponto a partir de 2010. Ambas anteriormente não mencionavam em suas notas explicativas essa despesa.

Falando sobre os motivos que levaram a redução dos estoques no período analisado, foi encontrado algumas deficiências quanto a essas informações. A Marcopolo, por exemplo, menciona apenas no ano de 2010 e 2011 que as reduções dos estoques se dava por giro lento e obsolescência. Nos outros anos, não está demonstrado, significando que as notas explicativas não estão sendo claras quanto a redução dos estoques.

Já a Randon, no período de 2007 a 2013 menciona em suas notas explicativas quais foram os motivos que causaram a redução dos estoques, como por exemplo, giro lento e obsolescência. No ano de 2014, a nota explicativa não demonstra o motivo que reduziu o valor dos estoques, deixando assim sem clareza essa informação para os usuários das demonstrações contábeis.

Finalizando a análise desse setor, um ponto a ser debatido por ambas as empresas é sobre o motivo que reduziu o valor dos estoques. Visto que ambas não divulgaram, o essencial seria divulgar uma informação clara e precisa sobre o que ocasionou o fato, para que o usuário dessas informações tenha uma ideia do que está ocorrendo dentro dos estoques da empresa. Não foi possível identificar uma padronização das notas explicativas, reforçando que, isso pode levar o usuário da informação a ter diversos entendimentos sobre o apresentado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de estudo foi de verificar as modificações exigidas nas demonstrações contábeis, analisando empresas que estão obrigadas a adotar as normas, no que se refere ao estoque conforme NBC TG 16. Para isso foram escolhidos 8 itens para verificação e apreciação sobre as informações. No rol de empresas foram selecionadas 8 de quatro ramos diferentes para maior qualidade das análises.

Primeiramente quanto a convergência às normas internacionais, de acordo com a NBC TG 16, tornou se mais fácil para o usuários das demonstrações a possibilidade de fazer análises mais precisas e transparentes do grupo dos estoques, deixando assim a empresa com uma visão de empreendimento mais atrativa.



Dos resultados pode se concluir que, o método de custo mais utilizado nos estoques das empresas analisadas foi o custo médio, ou seja, o valor apresentado nas demonstrações contábeis das companhias estão próximo da realidade.

Notou se que entre os anos de 2009 e 2010, período em que passou a ser obrigatório a adoção das normas no Brasil, muitas das empresas ainda divulgavam informações básicas não dando importância a obrigação. Destacando que o objetivo é estabelecer um relatório padrão que informe o tratamento contábil para os estoques, fundamental para tratar de valores de custo e resultado.

Foi possível verificar aspectos que não deixam claro ao leitor sobre os estoques, como no caso do item 5, que trata da evidenciação de estoque dado em garantia. Pois conforme a letra (h) do item 36 da NBC TG 16 menciona que deve se colocar nas notas o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos. Isso se mostrou no período de 2007 a 2014, onde apenas 2 empresas, ou seja, 25% delas mencionaram em suas notas explicativas que haviam ônus sobre os estoques. Os outros 75% gera a dúvida: Será que as empresas esqueceram de divulgar ou não haviam estoques dados em garantia?

Entre as empresas estudadas se encontrou deficiência quanto a divulgação nas notas explicativas. Destacando a questão do método de custo utilizado, da política contábil inadequada. A maior dificuldade encontrada é a falta de padronização das informações prestadas.

Como sugestão de estudos futuros, sugere se que aplique o mesmo critério de avaliação para o maior número de empresas, ampliando assim o rol de dados. Selecionando somente um segmento utilizando o máximo de empresas.

REFERÊNCIAS

ALPARGATAS S.A.. Disponível em: <<http://www.alpargatas.com.br/#/conheca-empresa>>
Acesso em: 12 mai. 2017, 12:56.

ALPARGATAS S.A.. Disponível em:
<http://ri.alpargatas.com.br/informacoes_financeiras/arquivos_cvm/index.asp> Acesso em: 08 mai. 2017, 21:16.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CFC. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em:
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750> Acesso em: 29 mar. 2017, 19:25.

CFC. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em:
<http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/> Acesso em: 29 mar. 2017, 19:30.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG – geral – normas completas: NBC TG – estrutura conceitual: NBC TG 01 a 46 (exceto 14, 34 e 42) / Conselho Federal de Contabilidade. - Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CVM. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em:



<http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html> Acesso em: 31 mar. 2017, 21:51.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GERDAU S.A.. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2012/ra-br/download/RelatorioAnual2012LinhaDoTempo.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2017, 15:35.

GERDAU S.A.. Disponível em: <<http://ri.gerdau.com/ptb/s-4-ptb.html?idioma=ptb>> Acesso em: 17 mai. 2015, 20:43.

GRECO, Alvíso. AREND, Lauro. **Contabilidade: Teoria e Práticas Básicas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

KPMG. Disponível em:

<http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/Folder_IFRS_Perguntas_Respostas.pdf> Acesso em: 17 fev. 2017, 20:32.

LOJAS COLOMBO S.A.. Disponível em: <<http://www.colombo.com.br/a-empresa/0>> Acesso em: 17 mai. 2017, 11:59.

LOJAS COLOMBO S.A.. Disponível em: <<http://www.colombo.com.br/ri/>> Acesso em: 17 mai. 2017, 22:06.

MAGAZINE LUIZA S.A.. Disponível em: <<http://www.magazineluiza.com.br/quem-somos/historia-magazine-luiza/>> Acesso em: 17 mai. 2017, 10:28.

MAGAZINE LUIZA S.A.. Disponível em: <<http://ri.magazineluiza.com.br/List/Central-de-Download?=TWTWdND4AEUpmZju3XARlg==>> Acesso em: 17 mai. 2017, 21:08.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2009

MARCOPOLO S.A.. Disponível em:

<http://www.marcopolo.com.br/tour_virtual/marcopolo.pdf> Acesso em: 17 mai. 2017, 17:42.

MARCOPOLO S.A.. Disponível em: <<http://ri.marcopolo.com.br/ptb/s-10-ptb.html>> Acesso em: 17 mai. 2017, 22:22.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>
Acesso em: 18 abr. 2017, 17:37.

PLANALTO. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm> Acesso em: 23 abr. 2017, 21:47.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>> Acesso em: 22 mar. 2017, 10:43.

PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES. Disponível em:
<<http://www.randon.com.br/pt/companies/historia>> Acesso em: 17 mai. 2017, 20:14.

RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES. Disponível em:
<http://ri.randon.com.br/randon/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=12745>
Acesso em: 17 mai. 2017, 20:11.

RECEITA FEDERAL. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2002/pergresp2002/pr284a291.htm>>
Acesso em: 27 abr. 2017, 23:01.

RECEITA FEDERAL. Disponível em:
<<http://sijut2.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=original&idAto=14348>>
> Acesso em: 25 abr. 2017, 18:40.

RECEITA FEDERAL. Disponível em:
<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=13963>>
> Acesso em: 23 abr. 2017, 20:39.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos fácil**. 8. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Introdução à contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.. Disponível em:



<<http://ri.usiminas.com/ptb/historico>> Acesso em: 17 mai, 2017, 13:45.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.. Disponível em:

<<http://ri.usiminas.com/enu/itrs-dfps-frs-and-ians>> Acesso em: 17 mai. 2017, 13:28.

VULCABRAS S.A.. Disponível em: <<http://www.vulcabrasazaleia.com.br/institucional/>>

Acesso em: 13 mai. 2017, 22:14.

VULCABRAS S.A.. Disponível em: <<http://vulcabrasazaleiari.com.br/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras/>>

Acesso em: 09 mai. 2017, 16:09